

COLIGAÇÃO

Para cuidar da nossa gente

UNIÃO BRASIL/AGIR/AVANTE/PSB
PRTB/DEMOCRACIA CRISTÃ

A proposta de governo 2025 - 2028 é compartilhada pelos integrantes dos partidos coligados, sendo todos corresponsáveis e solidários na sua aplicação.

UNIÃO BRASIL: Elton Alves Ribeiro de Carvalho Júnior

AGIR: Agnes Aparecida Pereira Rogério

AVANTE: Alex de Oliveira Silva

PSB: Eduardo Antunes de Moura

PRTB: Flávia Oliveira Silva

DEMOCRACIA CRISTA: Rosilene Toledo Martins

S U M Á R I O

1. INTRODUÇÃO

1. Metodologia da Construção do Plano de Governo

2. EIXOS TEMÁTICOS

2.1 Eixo Temático: Eficiência

2.2 Eixo Temático: Saúde

2.3 Eixo Temático: Educação

2.4 Eixo Temático: Inclusão e Intersetorialidade

2.5 Eixo Temático: Afirmação de Direitos, Assistência Social, e Habitação

2.6 Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico e Social

2.7 Eixo Temático: Sustentabilidade

2.8 Eixo Temático: Esporte, Juventude e Qualidade de Vida

2.9 Eixo Temático: Cultura

2.10 Eixo Temático: Segurança Pública

2.11 Eixo Temático: Causa Animal

3. ANEXOS

1. METODOLOGIA

O Plano de Governo da Coligação “Para Cuidar da Nossa Gente” é uma construção coletiva e tem como candidatos a Prefeito, Dr. Elton e Vice-Prefeita, Dulce Rita.

Em busca de uma ampla participação foram criados 04 (quatro) canais de diálogo com a população, abrangendo as entidades representativas, partidos apoiadores para construção do plano de governo e a participação de todos que buscam uma cidade melhor.

Os quatro canais, Check-up; Diz aí, São José!; Consulta São José e; Representa São José reuniram mais de 5.400 (cinco mil e quatrocentas) pessoas interessadas em apresentar propostas que vão melhorar a qualidade de vida da população joseense.

O canal de diálogo “Check-up” foram encontros de trabalho que reuniram mais de 100 (cem) profissionais especializados, técnicos e pessoas experientes na área, com a finalidade de analisar os dados e indicadores disponíveis em órgãos oficiais; realizar pesquisa de campo e promover estudos técnicos norteadores dos encontros temáticos.

Já o canal de diálogo “Diz aí, São José!” foram encontros abertos nos bairros, nas feiras livres, nas ruas e em diversos locais da cidade, promovendo uma ampla participação da população com o objetivo de captar os anseios no enfrentamento dos seus desafios diários. Foram ouvidas mais de 4.500 (quatro mil e quinhentas pessoas)

O canal de diálogo “Consulta São José” foram encontros divididos em 11 (onze) eixos temáticos, com mais de 200 (duzentos) profissionais, técnicos e pessoas engajadas que promoveram um debate democrático e subsidiaram com informações técnicas.

E tivemos ainda, o canal de diálogo “Representa São José” que reuniu mais de 600 (seiscentas) pessoas, que consistiu em reuniões agendadas pelos Pré-candidatos com o propósito de ampliar o diálogo com a população, porém, atendendo a demandas prioritárias de sua localidade.

Este projeto representa o resultado de um intenso diálogo com a população de São José dos Campos e suas entidades representativas, com inúmeros técnicos especializados em políticas públicas e com a coligação “Para Cuidar da Nossa Gente”, que se dispuseram a dar a sua contribuição na construção de um Plano de Governo que visa atender os anseios daqueles que lutam por uma cidade melhor.

Como pode ser observado, o processo de construção do Plano de Governo foi precedido de um amplo debate democrático, através de reuniões, trabalhos em grupo, contribuições individuais, cooperação de diversos segmentos da sociedade, e estudos técnicos publicados pelos mais variados órgãos e institutos de apoio à gestão pública, com o objetivo de formular propostas com temas específicos e transversais para os setores da atividade governamental.

Para que houvesse uma ampla participação da população, foram propostos diálogos, através de ferramentas virtuais de fácil utilização, como as redes sociais, e ainda formulários simplificados, de modo que espelhassem, de forma fidedigna, os anseios da população no enfrentamento dos seus desafios diários.

Posto isto, ficou evidente a necessidade da definição de mandamentos que estarão presentes em todas

as propostas e nos programas e ações governamentais, atuando em harmonia com os princípios fundamentais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Os princípios fundamentais são um mandamento nuclear do sistema, ou seja, o alicerce para a Gestão Pública e a base para a inspiração de todas as ações a serem realizadas. Nesse sentido definiram-se os seguintes:

- Ampla participação da população, entidades representativas, partidos políticos e apoiadores que buscam uma cidade melhor.
- Transparência, como mecanismo de aprimoramento do controle social.
- Sustentabilidade, nas ações, propostas, programas e atividades a serem elaborados, visando atender as necessidades atuais da população, sem comprometer as gerações futuras.
- Planejamento, através da adoção das providências técnicas e administrativas voltadas a identificar com precisão as necessidades da população para a formulação de políticas públicas eficazes e eficientes.
- Eficiência, na gestão pública, permitindo atingir os melhores resultados com a menor utilização de recursos públicos, ou seja, fazer mais com menos.
- Simplificação, de processos como mecanismo de desburocratização da máquina pública, facilitando o acesso da população, das empresas e organizações.
- Inovação, nas ações como forma de criação e descoberta de novas alternativas na prestação dos serviços públicos, através dos recursos humanos e tecnológicos.

Para tanto, o Plano de Governo foi organizado em 11 (onze) eixos temáticos relacionados conforme o seguinte:

1. Eficiência
2. Saúde
3. Educação
4. Inclusão e Intersetorialidade
5. Afirmação de Direitos, Assistência Social e Habitação
6. Desenvolvimento Econômico e Social
7. Sustentabilidade
8. Esporte, Juventude e Qualidade de Vida
9. Cultura
10. Segurança Pública
11. Causa Animal

Os eixos deverão trabalhar de forma integrada e com estrita observância às legislações que regulamentam as ações do Poder Executivo, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, o

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Estatuto da Cidade. Os programas observarão ainda, Planos Municipais, estudos e diagnósticos, que constituirão em ferramentas de planejamento e gestão das políticas públicas municipais como garantia de respeito à participação social.

2.1 EFICIÊNCIA

Enfrentar o desafio de instituir um novo modelo de gestão é condição fundamental para o aprimoramento da administração pública, que deve ter como diretriz qualificar os serviços e atendimentos prestados à população por meio da ampliação de sua capacidade operacional e gerencial e do fortalecimento da relação com a sociedade civil.

Deve ser reformulada a dimensão estratégica do processo de planejamento, com a realização de diagnósticos, identificação de desafios, definição de prioridades, pactuação de compromissos e metas, bem como estabelecimento de mecanismos eficientes de monitoramento e avaliação, buscando atingir os resultados e dar transparência ao desenvolvimento das políticas públicas.

A administração municipal deve passar por um processo de modernização tecnológica, tornando sua atuação integrada, eficiente, transparente e, consequentemente, participativa e ética.

Firmar um compromisso da valorização do serviço público e dos servidores municipais, assegurando a sua atuação como um pilar estruturante para a oferta de políticas públicas fundamentais para melhorar a vida das pessoas.

2 . 2 S A Ú D E

A nossa principal missão é garantir o atendimento médico integral à população Joseense, possibilitando o acesso aos serviços, medicamentos e aos imunizantes do calendário vacinal.

Precisamos investir na qualidade e eficiência no atendimento às pessoas.

Como ponto de partida, a Atenção Primária à Saúde (APS) é uma estratégia prioritária para a expansão e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), abrangendo serviços e ações que visam à promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento, reabilitação, cuidados paliativos, vigilância em saúde e outros, sendo essencial para a melhoria da qualidade de vida da população.

O investimento em tecnologia é um forte aliado na prevenção de doenças possibilitando a identificação precoce de condições de risco à saúde.

Temos ainda como missão, a ampliação da oferta e do acesso aos serviços da Atenção Secundária à Saúde (ASS), com foco nos serviços de média complexidade que são disponibilizados em hospitais e ambulatorios, envolvendo os atendimentos das áreas de pediatria, ortopedia, cardiologia, oftalmologia, psiquiatria, neurologia e outros.

A saúde da mulher contempla cuidados específicos, nesse âmbito, o Hospital Municipal Dra. Therezinha Veneziani Silva terá o seu atendimento ampliado para que possa receber atendimento integral, prestar apoio psicológico ao enfrentamento de violências, tratamento para endometriose e climatério, bem como a redução do tempo para realização de cirurgias.

Promover a intersetorialidade como mecanismo de gestão e integração das ações das áreas de saúde, educação e assistência social para atuação de forma articulada na formulação de políticas públicas no enfrentamento dos problemas sociais, através de soluções coletivas.

Proposta: Saúde

- Qualificar o processo de planejamento (diagnóstico, monitoramento e avaliação), identificando demandas específicas e seus respectivos territórios, para elaboração e implementação de políticas integradas e articuladas.
- Valorizar os profissionais da saúde, bem como estabelecer mecanismos permanentes de diálogo sobre as condições de trabalho, remuneração, planos de carreira e eficiência.
- Promover a saúde ao alcance de todos, por meio da criação de programa de prevenção: atividades físicas, controle nutricional, apoio social, cuidados à saúde mental com vistas à sustentabilidade de recursos do SUS e o impacto positivo na saúde da população.
- Fortalecer o atendimento aos grupos de prevenção a doenças crônicas, como a hipertensão e diabetes, reduzindo o fluxo de pacientes em Pronto Atendimento e Hospitais.
- Aumentar as vagas para consultas especializadas, procedimentos, e exames por meio da ampliação do Hospital Municipal e a contratação de serviços complementares, para redução do tempo de espera.

2 . 3 E D U C A Ç Ã O

A educação é fundamental no processo de construção de uma sociedade democrática e na preparação do homem para o exercício da cidadania. Possibilitar o acesso à educação de qualidade, desde a primeira infância, se faz necessário e urgente e requer um amplo esforço do poder público e da sociedade civil organizada, no sentido de delinear e implantar mecanismos eficazes e capazes de garantir esse direito.

A universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação são diretrizes prioritárias para a Educação.

Garantir a atenção integral com prioridade para Primeira Infância, etapa decisiva do desenvolvimento infantil em que se constituem grande parte das aquisições de linguagem, das capacidades sensoriais e das funções cognitivas superiores. Quanto melhores forem às condições para o desenvolvimento das crianças de zero a seis anos, maiores são as chances de que se tornem adultos mais sensatos, produtivos e felizes.

2.4 INCLUSÃO E INTERSETORIALIDADE

A promoção da compreensão e aceitação da neurodiversidade e contribuição para a criação de ambientes mais inclusivos, possibilitando o desenvolvimento das pessoas independentes de suas características cognitivas, será uma prioridade da gestão.

O neurodivergente se refere a uma condição em que o funcionamento cerebral difere significativamente do que é considerado típico ou neurotipicamente esperado. Essa abordagem reconhece a diversidade no espectro neurológico, incluindo condições como o Transtorno do Espectro Autista - TEA, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, dislexia e outros.

Os transtornos do neurodesenvolvimento se manifestam cedo, geralmente antes do ingresso escolar, sendo caracterizado por déficits no desenvolvimento, resultando na exclusão e gerando prejuízos no desenvolvimento pessoal, social, acadêmico e/ou profissional.

Segundo o Center for Disease Control and Prevention CDC (2023) a prevalência do TEA é de 1 para cada 36 crianças, trazendo características como déficits persistentes na comunicação social e na interação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades em níveis de gravidade diferentes, baseados na necessidade de suporte que a criança necessita.

O diagnóstico possibilita a intervenção precoce que beneficia as diferentes habilidades da criança durante a infância, assegurando maior qualidade de vida, por meio de terapias, como por exemplo, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que tem se demonstrado importante na assistência e cuidado às pessoas com TEA.

Proposta: Inclusão, Pessoas Atípicas e Transtorno do Espectro Autista

- Implantar Centro de Referência Interdisciplinar para Diagnóstico e Atendimento às Pessoas Neurodivergentes com equipe técnica especializada.
- Implementar a política municipal de atendimento às pessoas com transtorno do espectro autista.
- Ofertar avaliação diagnóstica e estabelecer um plano de intervenção independente da faixa etária.
- Facilitar o acesso às ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional; informações que auxiliem no diagnóstico e tratamento; entre outros.
- Promover a qualificação dos profissionais da rede pública para o atendimento especializado.
- Promover capacitação a família e cuidadores para aplicação das intervenções em momentos de interação familiar.

2 . 5 AFIRMAÇÃO DE DIREITOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, E HABITAÇÃO

De acordo com o último censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2022), o município de São José dos Campos tem aproximadamente 697.054 (seiscentos e novecenta e sete mil e cinquenta e quatro) pessoas.

Segundo dados do Ministério da Cidadania (2024) temos um total de 101.987 (cento e um mil e novecentos e oitenta e sete) pessoas beneficiadas pelo Benefício de Renda Cidadania (BRC) do Programa Bolsa Família, totalizando 40.359 (quarenta mil e trezentos e cinquenta e nove) famílias beneficiadas.

Temos 248.792 (duzentos e quarenta e oito mil e setecentos e noventa e duas) pessoas registradas no Cadastro Único do Governo Federal com o seguinte perfil de renda: 101.463 (cento e um mil e quatrocentos e sessenta e três) pessoas cadastradas em famílias em situação de pobreza, correspondendo a 41% (quarenta e um por cento); 47.901 (quarenta e sete mil e novecentos e um); pessoas cadastradas em famílias de baixa renda, correspondendo a 19% (dezenove por cento) e, 99.428 (noventa e nove mil e quatrocentos e vinte e oito) pessoas cadastradas em famílias acima de ½ (meio) salário mínimo, correspondendo a 40% (quarenta por cento).

Atualmente São José dos Campos possui 111.179 (cento e onze mil e cento e setenta e nove) famílias inseridas no Cadastro Único, sendo 82.889 (oitenta e dois mil e oitocentos e oitenta e nove) famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos. O perfil das famílias de acordo com a renda está distribuído conforme o seguinte: 45.300 (quarenta e cinco mil e trezentos) famílias em situação de pobreza, correspondendo a 41% (quarenta e um por cento), 19.171 (dezenove mil e cento e setenta e um) famílias de baixa renda, correspondendo a 17% (dezessete por cento); 46.708 famílias renda acima ½ (meio) salário mínimo, correspondendo a 42% (quarenta e dois) por cento.

A vulnerabilidade se expressa não apenas pela renda, mas por um conjunto de situações que fragilizam a autonomia e o estabelecimento de vínculos familiares e comunitários, podendo ser observada pelo envolvimento de adolescentes com o consumo e tráfico de drogas, do aumento da criminalidade, da gravidez na adolescência, dos casos de violência, do aumento da taxa de reprovação no ensino fundamental, entre tantas outras variáveis.

A oferta dos serviços socioassistenciais descentralizados figura entre uma das necessidades de ação para redução das desigualdades nos territórios.

É possível identificar também a necessidade de estruturação de políticas específicas e afirmativas, capazes de promover e defender os direitos de grupos historicamente vulneráveis, a partir de uma abordagem intersetorial e do desenvolvimento de ações pactuadas entre poder público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil.

2 . 6 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

São José dos Campos conta com grandes indústrias e polos de pesquisa de ponta, como Heatcraft, Johnson & Johnson, Ericsson e Panasonic, entre outras. E ainda se consolidou como sede de grandes instituições nacionais que são referências no país, a Embraer, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

O Índice de Desenvolvimento Humano de São José dos Campos encontra-se em 0,807 (PNUD, 2010), considerado muito alto, revelando as condições de vida da população, entretanto, sem contemplar as iniquidades dos diferentes territórios e núcleos da nossa cidade.

A nossa riqueza precisa ser investida em pessoas. O desenvolvimento econômico e social de São José dos Campos deve considerar a importância da dimensão econômica (acúmulo e distribuição de renda), bem como das dimensões social e cultural (qualidade de vida, equidade e integração social), ambiental e política.

As políticas de promoção e proteção social deverão garantir as condições necessárias para a superação das vulnerabilidades específicas de cada comunidade e cada família, principalmente, no que se refere à subsistência.

Desta forma, a implementação e a regulamentação de atividades de inserção produtiva, os projetos de iniciação profissional, qualificação profissional e ainda, incentivo a agricultura familiar em áreas rurais, caracterizam-se como estratégias importantes para o fortalecimento e a autonomia das famílias vulneráveis.

Proposta: Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo, Geração de Emprego e Renda

- Implantar programa de inovação tecnológica através do marco legal das startups e do empreendedorismo inovador, possibilitando a conexão e interação de startups, incubadoras, aceleradoras, coworkings para novas soluções.
- Implantar Câmaras Setoriais para articulação dos diferentes segmentos na formulação de estratégias de desenvolvimento econômico, atração de novas empresas e empreendimentos e leis de incentivo fiscal.
- Implantar Programa de Investimento para fomentar o desenvolvimento econômico, visando à atração de novas empresas e empreendimentos.
- Consolidar o Parque Tecnológico como um indutor da ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo, contribuindo para o desenvolvimento das empresas, acelerando a transformação do conhecimento em riqueza e oportunidades.

2.7 SUSTENTABILIDADE

O papel estratégico do planejamento e da execução da política urbana é ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, considerando o direito à terra, à moradia, ao saneamento, à mobilidade, à infraestrutura, ao transporte e aos serviços públicos, garantindo a gestão democrática por meio da participação da população na formulação e execução das políticas públicas.

A gestão municipal tem a responsabilidade de promover a redução das desigualdades, a sustentabilidade socio-ambiental, o combate à discriminação e à segregação, comprometida com a função social da cidade e da propriedade.

O desenvolvimento e crescimento do município deve se dar de forma a não gerar desequilíbrios e perda de qualidade de vida da população, devendo estar amparados por processos qualificados de planejamento, monitoramento e avaliação. Para que a cidade se constitua como um direito de todos, o processo de planejamento e execução das políticas deve contar com a ampla e efetiva participação de todos os segmentos sociais, econômicos e políticos do município.

2.8 ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E QUALIDADE DE VIDA

São José dos Campos possui inúmeras alternativas de práticas esportivas e atividades de lazer, mas, é preciso enxergar o esporte não apenas como prática destinada ao lazer, mas também como prática fundamental para manutenção da saúde física e mental das pessoas. Desta forma, deve ser garantido o acesso integral e diversificado das práticas esportivas para todos os cidadãos em todos os estágios da vida.

Proposta: Esporte, Lazer, Juventude e Qualidade de Vida

- Utilizar o esporte como indutor da formação plena do cidadão por meio da implementação de programas, objetivando o aumento do número de modalidades e melhoria da estrutura aos professores.
- Realizar a integração dos programas ofertados pela Secretaria para realização de estratégias de ações complementares, bem como a otimização dos recursos, profissionais e informações aos seus assistidos.
- Integrar as atividades das áreas de Esportes, Educação, Assistência Social, a fim de favorecer a inclusão social e a superação da vulnerabilidade social.
- Implementar o Plano Municipal de Esportes, com vistas à realização de diagnóstico e definição de metas e resultados na gestão do esporte.

2 . 9 C U L T U R A

A importância da preservação do patrimônio cultural e histórico de São José dos Campos se justifica em razão da existência de manifestações culturais tradicionais e contemporâneas. A administração pública precisa desenvolver uma política de incentivo à cultura que estimule o pertencimento e o fortalecimento da cultura local, devendo atuar de forma integrada e articulada com as demais Secretarias.

O reconhecimento, preservação e promoção das expressões artísticas, tradições e costumes, como a Folia de Reis, Dança Moçambique e o Coral de Serestas, proporcionam a valorização e o fortalecimento da identidade cultural do município, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e turístico da cidade.

Destaca-se ainda a cultura e a arte, como forma de enriquecer a experiência artística das crianças, promovendo a apreciação estética, o pensamento crítico e a compreensão das diversas manifestações culturais e artísticas da sociedade.

A Cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades importantes como a criatividade, a empatia, a comunicação e a resolução de problemas, cooperando para a formação de cidadãos mais informados e apreciadores da cultura e das artes em nossa sociedade.

2.10 SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança é um tema que preocupa a nossa população. Atuar para a redução dos índices de criminalidade é uma tarefa importante no cotidiado da gestão municipal.

No entanto, além da redução dos índices de criminalidade, atuar na eficiência das forças de segurança, qualidade da iluminação pública, programas de educação que atuem de modo preventivo ao crime é de suma importância.

As estratégias de segurança municipal serão definidas para atuar na prevenção às causas da criminalidade, abrangendo áreas ligadas aos direitos humanos e aos valores de justiça, igualdade, inclusão e cidadania. E ainda, identificação e redução dos fatores potencializadores da criminalidade, urbanização, gestão pública integrada com foco na prevenção e disponibilização de recursos.

Para tanto, São José dos Campos atuará como parceiro no acompanhamento dos trabalhos das polícias e demais órgãos Estaduais e Federais que atuam na sua jurisdição, colaborando para a integração dos recursos locais existentes e para o melhor direcionamento dos esforços, na busca de objetivos comuns e voltados para segurança pública.

2.11 CAUSA ANIMAL

A gestão municipal tem a responsabilidade do reconhecimento da importância da causa animal. O respeito, o reconhecimento e a importância à causa animal se configuram através da formulação de políticas públicas que assegurem a harmonia entre saúde humana, animal e ambiental, com o objetivo da proteção e da prevenção de doenças.

Diante disso, estabelecer um conjunto de ações que visem à proteção animal, tais, como cuidado, abrigo, castração, alimentação, integração ao ambiente urbano e rural de animais domésticos, animais de grande porte e de animais silvestres não comercializáveis, são pautas essenciais.

Causa Animal

- Implantar Política de atenção aos animais domésticos que circulam no espaço urbano e no rural, buscando garantir a profilaxia dos principais problemas de saúde, o controle de natalidade, identificação, bem como o combate ao abandono e maus tratos.
- Implantar abrigo municipal transitório para acolhimento dos animais para a adoção.
- Realizar programa permanente de castração e microchipagem descentralizadas para animais com ou sem tutores.
- Revisar os critérios quanto à castração de animais sem tutores ou para adoção.
- Realizar parceria com a Polícia Militar para patrulhamento ambiental.